

Gerardo Magela



PROTOCOLO Ney Suassuna lê requerimento de Magno Malta para instalação da CPI dos Bingos

CPI dos Bingos dependerá dos líderes, diz Sarney

José Sarney afirmou que cumprirá o regimento, acatando a decisão dos líderes. Ele não vê base regimental para a tese de que o presidente do Senado deveria indicar os integrantes da CPI se os líderes não o fizerem. A liderança da Minoria designará seus representantes.

Páginas 4 e 5

Secretaria Municipal de Cultura de S. Paulo



LUTA Prêmio tem nome de Bertha Lutz (em destaque na foto)

Cidadania: hoje é o Dia Internacional da Mulher

O Dia Internacional da Mulher é comemorado hoje em quase todo o mundo. O Congresso homenageia amanhã as cinco vencedoras do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz deste ano. A solenidade marca a abertura dos eventos do Ano Nacional da Mulher 2004, dedicado a fortalecer a igualdade de direitos.

Página 8

Plenário decide sobre emendas ao novo modelo do setor elétrico

Página 3

Orçamento tenta iniciar amanhã a votação do PPA

Página 3

Comissão pode investigar conflito em terras indígenas



Jane de Araújo

Autor da proposta de CPI para investigar a demarcação de terras indígenas, Mozarildo Cavalcanti disse que ainda esta semana os partidos devem indicar os nomes dos senadores que irão compor a comissão. Mozarildo quer rever os critérios de demarcação seguidos pela Funai. A necessidade da CPI é contestada por Sibá Machado. Ele considera que existem alternativas melhores para avaliar os conflitos de terras e teme que a comissão possa servir apenas para gerar “mais confusão”. Segundo a Funai, há no país 220 povos indígenas, somando 410 mil pessoas – três vezes a população de 40 anos atrás. As 612 terras indígenas demarcadas ocupam 139,4 milhões de hectares.

Página 6



ESTÍMULO Paulo Octávio cobra do governo a valorização das carreiras de Estado

Paulo Octávio pede reajuste digno para servidores

Paulo Octávio (PFL-DF) voltou a protestar contra a não concessão do reajuste geral dos servidores públicos, cuja data-base está definida para o mês de janeiro de cada ano. Ele estranhou que, apesar de o governo federal ter concedido em 2003 aumento de apenas 1%, “faça silêncio agora em 2004, o que significa dizer zero de aumento para o funcionalismo”.

O senador também cobrou do governo uma política destinada a valorizar as carreiras de Estado. Citou como exemplo os policiais civis e federais, servidores da Advocacia Geral da União e do Tribunal de Contas, que clamam por melhores condições de trabalho e elevação salarial.

Paulo Octávio salientou que o governo está promovendo o desmonte do Estado. Essa ação, observou, teve início no ano passado com a aprovação da reforma da Previdência Social, e foi “agravada agora com a não concessão do reajuste anual”. Ele aplaudiu, no entanto, a decisão do governo de realizar concurso público para 41 mil servidores.



Plenário realiza sessão não deliberativa

O Plenário realiza hoje, a partir das 14h30, sessão não deliberativa, destinada aos pronunciamentos dos senadores e aos comunicados da Mesa diretora, sem a votação de matérias. Amanhã os parlamentares retomam o debate dos dois projetos (PLVs 1 e 2/04), originados de medidas provisórias, que propõem novo modelo para o setor elétrico.

Primeiro-ministro português visita o Congresso

O presidente do Senado, José Sarney, participa hoje, às 13h, de almoço no Itamaraty em homenagem ao primeiro-ministro de Portugal, José Manuel Durão Barroso (foto). Às 16h, Sarney recebe o primeiro-ministro no Salão Nobre do Congresso Nacional e, às 20h30, participa de um jantar oferecido por Durão Barroso em homenagem ao presidente da República.



CAE examina projeto que cria fundo para segurança pública

Em discussão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), às 10h de amanhã, projeto do senador Magno Malta (PL-ES) que institui o Fundo Nacional de

Segurança Pública (FNSP), para permitir o repasse de recursos para o setor (PLS 310/03). A proposta ainda deve ser discutida pela Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A CAE examina também proposição que cria o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa – Pace (PLS 174/03).



Programação regionalizada em rádio e TV

A Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação, grupo temático do Conselho de Comunicação Social, realiza hoje, às 14h, audiências públicas para discutir o projeto que trata da regionalização da programação e de produção independente em

rádio e TV (PLC 50/03). Serão ouvidos, entre outros, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa (foto). Amanhã, no mesmo horário, a comissão elabora um parecer sobre o projeto.

Comissão de Orçamento discute novo relatório ao PPA

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) discute amanhã, às 14h30, o novo relatório ao Plano Plurianual (PPA), que detalha investimentos do governo no período 2004-2007. O relator da matéria, senador Sibá Machado (PT-AC), manteve em seu parecer o superávit primário de 4,25% do PIB, ponto que derrotou o relatório do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), que propunha a redução gradual do superávit.

Seguro-desemprego na CAS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota na quarta-feira, às 11h, projeto do então senador Lauro Campos que aumenta para dez meses o período máximo do seguro-desemprego (PLS 54/02). No mesmo dia, às 11h30, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) examina avisos do Tribunal de Contas da União (TCU).

Sistemas de informação

Na quinta-feira, às 14h30, terá início o “Ciclo de Palestras sobre Sistemas de Informação no Legislativo”. O evento promoverá, entre os dias 11 e 26 de março, uma série de debates transmitidos por videoconferência, com temas como “Novas tecnologias em serviços de referência digital”. Informações: (61) 311 3942.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



SAÚDE Mudança em hábitos alimentares pode reduzir doenças, afirma Tião Viana

Tião Viana quer ação integrada para melhorar alimentação

O senador Tião Viana (PT-AC) propôs na sexta-feira uma ação integrada dos Ministérios da Agricultura, da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento Social para estimular hábitos de alimentação mais saudável e atividades físicas. O objetivo é prevenir uma das maiores causas de falecimento no país, a morte súbita em decorrência de doenças metabólicas.

Segundo o senador, 15% das crianças brasileiras são obesas, o que aponta para um problema metabólico ainda maior no futuro. Existem, no país, cerca de 300 mil obesos, que correm risco de morte em função de alimentação inadequada e falta de exercícios físicos.

– Vivemos uma situação paradoxal em que tanto se morre por comer demais, quanto por falta de alimentação – disse.

O senador apresentou documento elaborado pela Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), listando ações que podem minorar o problema da obesidade e da síndrome metabólica no país. Entre as sugestões estão programas para aumentar o consumo de frutas e verduras, em especial na merenda escolar.

De acordo com Tião Viana, iniciativas como o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (Profruta), para elevar os padrões de qualidade das frutas, têm vários objetivos. Entre eles, a melhoria do padrão alimentar da população, o crescimento das exportações e o aumento de renda do agricultor.

Ele disse que uma alimentação saudável implica reduzir a ingestão de gordura e açúcar, e aumentar o consumo de frutas, vegetais, legumes, cereais e castanhas. Essa mudança traz ótimos resultados no combate à obesidade e ao diabetes.

Especialistas debatem a regionalização em rádio e TV

O Conselho de Comunicação Social volta a debater hoje, em audiência pública às 14h, a regionalização da programação cultural, artística e jornalística em rádio e TV, bem como a produção independente. O objetivo é instruir projeto da Câmara sobre o assunto.

Serão ouvidos Flávio Cavalcanti Júnior, diretor do SBT Brasília; Washington Mello, diretor da Bandeirantes Brasília; Alfredo Raymundo Filho, diretor da Rádio Tupy, do Rio de Janeiro; Calil Bassit Neto, diretor da Rádio Jovem Pan; Paulo Fernandes Neto, da Rádio Jornal do Comércio do Recife (PE); e Itamar Honório Abreu, da Rádio Macaé.

Também participam do debate Carlos Lessa, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e Manoel Rangel, assessor da Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

O conselho é um órgão auxiliar do Congresso, com funcionamento previsto pela Constituição federal.

Mesquita Júnior critica ação de Collor contra governador

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) se solidarizou com o governador de Alagoas, Ronaldo Lessa, do PSB, que está sendo acusado de crime eleitoral em representação movida pelo ex-presidente da República Fernando Collor. A representação está na pauta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para julgamento.

Mesquita Júnior lamentou o fato de que "um cidadão de triste lembrança" como o ex-presidente Collor seja o autor dessa representação, que levanta, em seu entendimento, acusações infundadas contra o governador de Alagoas. O senador afirmou ter em mãos notas e manifestações de apoio a Lessa assinadas pelos senadores do PSB e por todos os partidos de Alagoas.

Senado conclui amanhã votação de novas regras para o setor elétrico

Senadores vão decidir sobre emendas apresentadas ao texto que foi aprovado na última quinta-feira

O Plenário do Senado deve votar amanhã as emendas e destaques apresentados ao projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que estabelece novas regras para o setor elétrico brasileiro. Na última quinta-feira, foi aprovado o texto básico do projeto, elaborado pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS), e vários senadores apresentaram destaques com o fim de modificar ou suprimir dispositivos. A matéria prevê normas para a produção

e distribuição da energia elétrica no país.

O senador José Jorge (PFL-PE) propõe a supressão do parágrafo único do artigo 18, redigido com o objetivo de estabelecer igualdade de condições na disputa pelas chamadas "concessões onerosas" dos empreendimentos hidrelétricos. Segundo ele, nesse aspecto o projeto de conversão da MP 144 não apresenta a transparência necessária a que os ofertantes façam seus lances, já que as ofertas dos demais concorrentes não são conhecidas.

Dentro ainda do tema da energia elétrica, o Plenário deve examinar o projeto de lei de conversão (PLV 2/04) que autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Vinculada ao Ministério de Minas



MUDANÇAS O projeto de lei de conversão da MP foi elaborado por Delcídio Amaral

e Energia, a EPE terá por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinados a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás

natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética.

Depois de aprovados esses projetos de conversão, que, por serem provenientes de medidas provisórias, impedem a votação de outras matérias, a pauta estará liberada.

Assim, na quarta-feira poderão ser colocadas em votação algumas propostas de emenda constitucional (PEC), entre as quais a de nº 22/00, que torna obrigatória a execução do Orçamento da União pelo governo federal, nos termos exatos em que tiver sido aprovado pelo Congresso. De autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a PEC recebeu parecer favorável do senador César Borges (PFL-BA).

Comissão pode votar amanhã novo relatório sobre o PPA

A Comissão Mista de Orçamento pode votar amanhã o novo relatório sobre o Plano Plurianual (PPA), em que estão listados todos os investimentos que o governo federal pretende fazer até dezembro de 2007, que somam aproximadamente R\$ 370 bilhões.

O PPA recebeu parecer favorável do relator, senador Sibá Machado (PT-AC), indicado para a função depois que o primeiro parecer, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), foi rejeitado pela base governista, por prever uma redução gradual nos recursos destinados ao pagamento de juros da dívida pública.

Sibá fez poucas alterações no parecer de Saturnino, mas retornou a previsão do governo de um superávit primário de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) nos próximos três anos – esse superávit é a sobra de dinheiro antes do pagamento dos juros da dívida pública. O novo relator aceitou também praticamente na íntegra as 2.423 emendas que os deputados e senadores apresentaram ao PPA. Com isso, a base governista acredita que o parecer será aprovado sem maiores problemas.



DESEMPENHO Sibá Machado mantém previsão de superávit primário feita pelo governo

Comparando-se com o projeto original do governo, enviado ao Congresso no ano passado, o PPA que deve ser aprovado prevê um arrecadação superior em R\$ 34 bilhões, nos próximos três anos. O Congresso reestimou a arrecadação federal, especialmente na parte que trata de cobrança de dívida ativa do Tesouro Nacional e da Previdência Social.

O PPA prevê, entre outras coisas, a restauração de 23 mil quilômetros de rodovias até o final de 2007, a construção de 2.400 quilômetros de ferrovias, a melhoria de navegabilidade de 10 mil quilômetros de rios, a criação de 7,8 milhões de empregos no período, o atendimento de 12,7 milhões de famílias no Fome Zero, a alfabetização de 16,3 milhões de pessoas e o atendimento de 85 milhões de pessoas no Saúde-Família. Trabalha ainda um crescimento da economia (PIB) de 3,5% neste ano, 4% no próximo ano, 4,5% em 2006 e 5% em 2007.

Alfabetização em canteiro de obra deverá ter incentivo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota amanhã, a partir das 10h, projeto do senador Paulo Octávio (PFL-DF) que institui o Programa de Alfabetização e Cidadania na Empresa (Pace).

A proposta determina que as empresas de construção civil que aderirem ao programa, oferecendo aulas gratuitas de alfabetização a seus empregados, terão preferência para obter recursos dos programas executados pelos estabelecimentos de crédito federais, especialmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e pela Caixa Econômica Federal. O projeto será examinado, ainda, pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa.

Também na pauta da Comissão de Assuntos Econômicos está o parecer da subcomissão temporária que acompanhou a evolução da dívida pública dos estados. O relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), foi o autor do requerimento que criou a subcomissão e nela também trabalhou como relator.

O voto de Suassuna é favorável à aprovação do relatório da subcomissão e também à su-



VANTAGEM Proposta de Paulo Octávio dá preferência para obtenção de crédito federal

gestão nele proposta, determinando a apresentação de projeto de lei autorizando a União a proceder à consolidação geral dos débitos dos estados e do Distrito Federal junto ao governo federal e suas entidades.

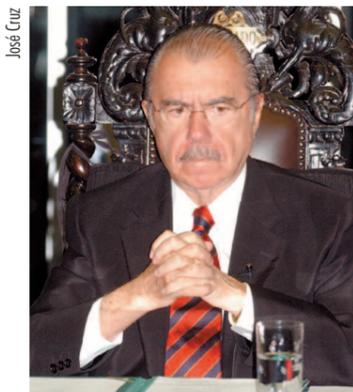
Outra matéria (PLS 310/03), de autoria do senador Magno Malta (PL-ES), acrescenta aos pré-requisitos para que os estados tenham acesso aos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública sua inclusão a um sistema nacional de informações sobre segurança pública.

Completa a pauta projeto (PLC 119/01) de autoria da então deputada Rita Camata determinando que, no caso de rescisão de contrato de compra de terreno motivada por falta de pagamento, o devedor será reembolsado pelas parcelas já quitadas, monetariamente atualizadas, ficando o credor autorizado a descontar desse valor a multa ou cláusula penal estipulada.

DENÚNCIAS

Sarney lembra que regimento é claro quanto à formação das comissões. Simon recorre aos regimentos comum das duas Casas e da Câmara para pedir a Sarney para indicar nomes. Minoria anuncia representantes até amanhã

Membros de CPI são indicados pelas lideranças, afirma Sarney



RESPEITO Sarney: "Nunca vi o presidente desta Casa se sobrepor às lideranças"

O presidente do Senado, José Sarney, disse na sexta-feira que não há omissão no Regimento Interno da Casa com relação à indicação de membros para integrar as comissões, inclusive no caso de comissão parlamentar de inquérito (CPI), e reiterou que cumprirá o regimento, acatando a decisão das lideranças com relação à CPI dos Bingos.

– O regimento diz que as comissões são compostas por indicação das lideranças. Está lá, no artigo 66, essa expressão. E eu tenho que cumprir o regi-

mento. Esse é um colégio composto de partidos que se expressam por meio dos líderes. Todas as nossas decisões são colegiadas, e o regimento diz isso – afirmou.

Sarney não vê base regimental para a tese de que o presidente do Senado deveria indicar os integrantes da CPI se os líderes não o fizerem.

– Estou aqui na Casa há muitos anos e nunca vi o presidente se sobrepor às lideranças, atropelando-as e indicando em nome delas integrantes para as comissões, sejam as

comissões técnicas, sejam as CPIs. Tenho que respeitar o regimento como sempre fiz, defendendo-o e defendendo a Casa – declarou.

O senador não quis se pronunciar sobre possíveis repercussões negativas caso a CPI dos Bingos não venha a funcionar em função de decisão das lideranças do governo de não indicar integrantes de suas bancadas.

– Essa é uma avaliação a ser feita pelas próprias lideranças da Casa, às quais cabe pesar as conseqüências – ressaltou.



DESCONFIANÇA Efraim diz que governo tenta desqualificar os que defendem a comissão

Efraim consulta partidos e indica nomes até amanhã

No máximo até amanhã, a liderança da Minoria deverá indicar os representantes dos partidos que integram o bloco para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos. As indicações serão feitas após consulta aos líderes dos partidos que integram a Minoria – PFL, José Agripino (RN), e PSDB, Arthur Virgílio (AM). O comunicado foi feito na sexta-feira em Plenário pelo líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB).

Ele assegurou que irá lutar pela instalação da CPI dos Bingos. O recurso à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), caso a instalação não ocorra normalmente, será um dos meios utilizados, informou o senador.

O governo, no entendimento de Efraim, estaria tentando desqualificar senadores que defendem a instalação da CPI dos Bingos. Primeiro, afirmou, houve tentativa de desqualificar o senador Almeida Lima (PDT-SE) e agora é a vez de Magno Malta (PL-ES).

O parlamentar criticou o governo pelo fato de demonstrar desconhecimento das ações irregulares cometidas pelo ex-subchefe de Assuntos Parlamentares, Waldomiro Diniz. Efraim também leu artigo, datado de 29 de março de 2000, de autoria do então presidente do PT e hoje ministro da Casa Civil, José Dirceu, defendendo a instalação de CPI para investigar denúncias sobre o governo do estado de São Paulo.

Requerimento de Malta é lido em Plenário

Na secretaria dos trabalhos da sessão da sexta-feira, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) leu requerimento apresentado pelo senador Magno Malta (PL-ES) para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos.

A CPI deverá ser composta por 15 membros efetivos e o mesmo número de suplentes, com duração prevista de 120 dias. Na presidência da sessão, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) informou que o requerimento contém subscritores em número suficiente para a constituição da CPI, e precisa ser publicado para começar a surtir efeitos práticos.

Ele acrescentou que a "presidência fará oportunamente as designações, de acordo com as indicações que receber das lideranças dos partidos".

Pedro Simon discorda e cita regimentos

A decisão de indicar os integrantes da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos está agora nas mãos do presidente do Senado, José Sarney, afirmou no Plenário o senador Pedro Simon (PMDB-RS). Com base em uma nota técnica elaborada a seu pedido pela assessoria do Senado sobre o regimento comum das duas Casas e o Regimento Interno da Câmara, Simon disse que, no caso de os líderes partidários não indicarem os seus representantes no prazo regimental, caberá ao presidente do Senado escolhê-los, para garantir o direito constitucional da Minoria de requerer e instalar uma CPI.

Embora o Regimento do Senado seja omissivo nessa questão, os outros dois regimentos amparam a orientação da assessoria técnica, segundo explicou o senador.

– Não acredito que Sarney,



DIREITO DA MINORIA Simon insistiu na tese de que Sarney deve indicar os nomes para a CPI

que presidia o Senado quando o governo Fernando Henrique Cardoso arquivou a proposta de CPI contra os corruptores, mais uma vez, oito anos depois, cometerá o mesmo equívoco – ressaltou, lembrando do destino que obteve o seu requerimento para investigar as empreiteiras. Simon avisou que, se

ocorrer o fato novamente, vai recorrer da decisão. Mas observou que confia na suposta decisão de Sarney de indicar os integrantes da CPI.

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) também manifestou sua convicção de que o presidente Sarney assegurará o direito constitucional das minorias. Já o líder da Minoria, senador Efraim Morais (PFL-PB), anunciou que manteve entendimento com os líderes do PSDB e do PFL para indicar os representantes dos partidos na CPI dos Bingos até amanhã. "Se a CPI não for instalada, iremos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, se derrotados, iremos ao Supremo", declarou.

Simon reclamou da atitude do líder do seu partido, Renan Calheiros (PMDB-AL), que decidiu não apresentar nomes para a CPI sem antes consultar a bancada sobre essa posição.

Mesquita Júnior critica a decisão dos líderes

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) expressou posição contrária à decisão das lideranças dos partidos, comunicada em nota oficial, de não indicar membros para a instalação da CPI dos Bingos.

"Com todo o respeito, amizade e consideração que devoto ao líder do meu partido, senador João Capiberibe (AP), quero ressaltar meu entendimen-

to pessoal contrário à posição, porque entendo que não é uma decisão que tranquilize a Casa e o país", afirmou.

O senador Mesquita Júnior disse que se reserva o direito de não tecer maiores comentários para não correr o risco de ferir suscetibilidades e também por respeito aos que mantiveram o entendimento de não indicar os membros da CPI.

Assinaram a nota divulgada na quinta-feira os senadores Ideli Salvatti (PT-SC), Renan Calheiros (PMDB-AL), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Fernando Bezerra (PTB-RN).

O requerimento para a criação da CPI dos Bingos foi apresentado pelo senador Magno Malta (PL-ES), único da base de apoio ao governo a não assinar a nota.



TEMOR Mesquita Júnior afirma que decisão de líderes não traz tranquilidade à Casa e ao país

DENÚNCIAS

Senadores da oposição criticam a decisão dos líderes de não indicar nomes para compor a comissão de inquérito



CRÍTICA Para Arthur Virgílio, governo execra quem discorda de suas propostas

Arthur Virgílio anuncia os representantes do PSDB

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), informou na sexta-feira que indicará os nomes dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT) e Alvaro Dias (PSDB-PR) para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, se couber apenas duas vagas ao partido. Acrescentou que ele mesmo será um dos suplentes, faltando ainda discutir a outra indicação.

Arthur Virgílio disse que espera que os partidos apresentem os nomes e criticou o que qualificou de “paranóia ditatorial” do governo, que execra quem discorda de suas propostas. O senador também afirmou que se opõe à instalação de uma CPI para investigar o ex-ministro da Saúde e presidente do seu partido, José Serra.

Alvaro Dias: “operação-abafa” não ajuda no combate à corrupção

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse acreditar que o Senado perdeu uma grande oportunidade de se firmar como uma das instituições de maior prestígio moral perante a opinião pública, ao deixar de instalar a CPI destinada a apurar as denúncias envolvendo o ex-assessor do Palácio do Planalto, Waldomiro Diniz.

Para o senador, a “operação-abafa” em nada contribuiu para que o Senado pudesse combater a corrupção, “causa principal do descrédito da sociedade para com os políticos brasileiros”.

Nada impede abertura da comissão, adverte Heloísa

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) afirmou que nada impede a abertura da comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a atuação dos bingos no país. A parlamentar disse que todas as exigências constitucionais para criação da CPI foram alcançadas: assinatura do requerimento de abertura por um terço dos senadores e nenhuma manifestação pela inconstitucionalidade da matéria.

– A indicação dos líderes é uma medida que objetiva apenas garantir a proporcionalidade de representação dos partidos. Se o governo não quiser indicar os membros da CPI, que não indique. Espero que esta Casa não abra mão de sua mais importante tarefa: investigar o Executivo – assinalou.

Heloísa Helena destacou que as denúncias feitas contra o ex-assessor do governo Waldomiro Diniz não são “simples indícios, são provas de tráfico de influência, exploração de prestígio”. Esses, ressaltou Heloísa, são crimes previstos no Código Penal, que “estabelece cadeia para o agente público que cometê-los”.

– Ninguém de bom senso vai acreditar que não haja ramificações no Palácio do Planalto das ações de Waldomiro. Trata-se da cumplicidade do poder político com a estrutura de lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico – declarou.

Em aparte, Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) observou que a instalação da CPI é a melhor alternativa para solucionar



PAPEL “Espero que o Senado não abra mão de investigar o Executivo”, declara Heloísa

o problema. “Sem essa providência, esse assunto ficará recorrente, atrapalhando a atuação da Casa”, avaliou.

Indenizações

Heloísa fez apelo ao primeiro-secretário do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), para que tente encontrar uma solução para que funcionários do setor de limpeza consigam receber a indenização referente à demissão pela empresa que prestava serviços para a Casa. A companhia que os contratava perdeu a licitação e a maioria dos funcionários foi recontratada pela vencedora. Mas, por acordo coletivo, os funcionários ficaram impedidos de receber os recursos indenizatórios a que tinham direito pela demissão.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) se disse solidário com a preocupação da senadora em relação aos funcionários.



DEFESA Alvaro Dias condenou declarações de que CPI abala a economia do país

de Assuntos Sociais (CAS) para dizer se houve ou não desrespeito à fila de transplantes no Instituto Nacional do Câncer.

Capiberibe quer campanhas com recursos públicos

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu na sexta-feira, em Plenário, a aprovação pelo Congresso Nacional dos projetos que estabelecem o financiamento público das campanhas eleitorais e a divulgação imediata – por meio da Internet – da execução orçamentária do governo.

Na opinião do senador, o atual mecanismo de financiamento das campanhas abre espaço para a maioria dos casos de corrupção na União, nos estados e nos municípios. Ele citou como exemplo a investigação feita recentemente pela Justiça da Suíça – cujos resultados poderão ser transmitidos em breve à Justiça brasileira – sobre movimentações bancárias que teriam sido feitas pelo ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf.

Capiberibe disse que a aprovação do projeto que cria o mecanismo de financiamento público das campanhas eleitorais poderia inibir o surgimento de novos casos de corrupção. Ele observou, porém, que, ao mesmo tempo, os parlamentares deveriam dedicar atenção ao projeto que torna obrigatória a divulgação para toda a so-



TRANSPARÊNCIA Capiberibe defende ainda divulgação de gastos públicos pela Internet

cidade das despesas efetuadas pelo poder público.

– De que adiantará a nova ordem eleitoral sem a garantia de transparência do caixa das administrações públicas e das campanhas, em tempo real? – questionou o senador, lembrando que implantou o sistema de divulgação das despesas quando foi governador do Amapá, a partir de 1995. Para o senador, “o que se precisa agora é de vontade política para aprovar os dois projetos”.

Antero informa que morte do primo não tem ligação política

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) informou ao Plenário que retornou na madrugada da sexta-feira de Cuiabá, onde foi ao enterro do primo Luís de Moura França Neto, e que já está comprovado que França foi vítima de latrocínio (assalto seguido de assassinato). “A Polícia Civil de Mato Grosso já concluiu que houve latrocínio, e que a morte do meu primo não tem nenhuma ligação com a minha atuação no Senado”, disse Antero.

O senador declarou ainda que já foram encontrados os documentos do automóvel de Luís de Moura França Neto, mas o carro ainda está em poder dos criminosos. Antero de Barros manifestou seu agradecimento ao presidente do Senado, José Sarney, e a todos os líderes partidários da Casa,



MANIFESTAÇÃO Antero agradeceu apoio do presidente do Senado e dos líderes da Casa

principalmente ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP).

Antero agradeceu ainda ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, pela mobilização da Polícia Federal, e ao governador Blairo Maggi (PPS).

TERRAS INDÍGENAS

Autor do pedido de CPI para estudar os conflitos, senador espera que partidos indiquem seus representantes ainda esta semana. Sibá Machado teme que a comissão acabe causando problemas

Mozarildo quer rever critérios de demarcação

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), autor da proposta de instalação de uma CPI para investigar a demarcação de terras indígenas no país, afirmou que ainda esta semana os partidos devem indicar os nomes dos senadores que irão compor a comissão, prevista para funcionar até o final do ano. Mozarildo não acredita que as discussões que mobilizam o Congresso, envolvendo a CPI dos Bingos, possam adiar a instalação da CPI, que recebeu 53 assinaturas para a sua criação. Os conflitos entre índios e não-índios, segundo ele, aumentaram especialmente a partir do ano passado, situação que o senador atribui ao “excesso de poder da Funai na definição das reservas”.

– Temos motivos para investigar os conflitos que estão ocorrendo em vários estados e tentar mudar os critérios seguidos hoje pela Funai, que tem poder quase terminativo para decidir sobre as demarcações, um arranjo que considero deformado e perverso – sustenta o senador. Ele é autor, também, de uma PEC (38/99), que aguar-



Genildo Magalhães

da reexame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A proposta atribui ao Senado competência para aprovar a demarcação de terras indígenas. Para ele, “esse arranjo institucional seria o que melhor serviria aos interesses do país”.

A necessidade de instalação

DIFERENÇAS Mozarildo (E) diz ter motivos para investigar conflitos. Sibá (abaixo, com índios) não vê razão para se instalar uma CPI



José Cruz

da CPI é contestada pelo senador Sibá Machado (PT-AC). Ele afirma que existem alternativas melhores para avaliar os conflitos de terras e teme que a comissão parlamentar de inquérito possa servir apenas para gerar “mais confusão”.

– Os problemas ocorrem hoje em regiões específicas, como é o caso de Roraima, onde há grande polêmica em torno da extensão da reserva Raposa/Serra do Sol, e em áreas nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – assinalou.

O senador anunciou que irá propor “uma mudança na nomenclatura” substituindo a figura de CPI sobre terras indígenas. Sibá defende que não se deve apelar para CPIs cada vez que ocorrem problemas fundiários, lembrando que houve grande pressão nesse sentido com as invasões promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), que entrou em conflito com a União Democrática Ruralista (UDR) no ano passado.

Na opinião do senador, uma CPI vai despertar “discussões apaixonadas”, desviando os tra-

balhos do foco necessário de análise do problema e apresentação de propostas para solucioná-lo. Sibá lembrou que uma comissão externa do Senado visitou áreas indígenas com problemas fundiários e poderá apontar alternativas para solucionar os conflitos.

Já o senador Augusto Botelho (PDT-RR) considera que a CPI é um instrumento eficaz para mudar os critérios de demarcação e investigar a Funai. Ele afirma que os índios “não precisam de antropólogos para dizer a extensão das áreas que precisam para viver, à exceção dos grupos ainda isolados”, e criticou a criação de áreas extensas para índios em processo de aculturação, como ocorre com as etnias que vivem na reserva São Marcos (RR), que ocupa uma área de 800 mil hectares.

Sobre a reserva Raposa/Terra do Sol, situada na fronteira com a Guiana e Venezuela, o senador assinalou que “nenhum outro país realizou a façanha de deixar predominar um só grupo étnico em área contínua, na fronteira com outros países, como é o caso dessa área indígena”.

Funai garante transparência das regras

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Gomes, não concorda com a abertura de uma CPI para investigar a demarcação de terras indígenas por considerar que os critérios adotados hoje são “extremamente transparentes e eficazes”. Para ele, esses procedimentos permitiram demarcar até agora 420 áreas, de um total de 620. Ao final desse trabalho as

“Estatuto não deve ser mexido até o fim da demarcação de todas as terras indígenas”

terras indígenas estarão ocupando 12,5% do território brasileiro. A realização de uma CPI, para o antropólogo Mércio Gomes, “é temerária e tem como objetivo resolver questões específicas e mais uma vez voltar à antiga discussão sobre a tutela garantida na Constituição federal aos índios brasileiros”.

do para diminuir a tensão no campo com a demarcação e homologação de reservas, permitindo, também, o crescimento da população indígena (hoje, existem 220 povos indígenas que somam 410 mil indivíduos ou três vezes a população de 40 anos atrás).

– Quando foi demarcada a área dos índios ianomâmis, em Roraima, no começo dos anos 90, diziam que a iniciativa era absurda e que não iria resolver as invasões de garimpeiros, mas, se hoje ainda ocorrem conflitos eventuais, a situação dessa população melhorou, diminuíram as doenças e a presença de garimpos clandestinos – afirma o presidente da Funai.

Mércio Gomes não aceita o argumento de que apenas índios não-aculturados deveriam ter suas áreas garantidas, como é o caso dos ianomâmis, afir-

mando que não se podem dividir os índios entre aqueles sem contato ou com contato esporádico com a sociedade e os que já convivem com o restante da população. Para ele, é fundamental que cada etnia tenha a sua terra garantida para que possa desenvolver naquele espaço sua cultura e manter tradições culturais.

Estatuto

Sobre as proposições de mudanças no Estatuto do Índio que tramitam no Senado e na Câmara, o presidente da Funai observa que o texto “não deveria ser mexido até a conclusão da demarcação de todas as terras indígenas”, conforme prevê a Constituição de 1988, que estabelecia prazo de cinco anos para a conclusão das demarcações. As propostas de mudanças no Estatuto do Índio, segundo o antropólogo, envolvem questões extremamente delicadas, como a exploração mineral e o manejo florestal em áreas indígenas.

País tem 612 áreas demarcadas

O Brasil possui atualmente **612** terras indígenas demarcadas em **25 estados**. Somente o Piauí e o Distrito Federal não têm essas áreas. A região Norte abriga **84,5%** da área total destinada aos índios (**139,4 milhões** de hectares), o equivalente a quase **1,4 milhão** de quilômetros quadrados (ver tabela).

Região	Nº de terras indígenas	Área (em hectares)
Norte	340	117,8 milhões
Nordeste	63	2,2 milhões
Sudeste	27	93 mil
Centro-Oeste	120	19,1 milhões
Sul	62	226,7 mil
Brasil	612	139,4 milhões

Fonte: Funai



COMO É A DEMARCAÇÃO HOJE

O processo adotado para demarcar terras indígenas foi fixado pelo Decreto 1.775/96, com base no Estatuto do Índio, e estabelece etapas até a homologação. A primeira é o estudo antropológico, que levanta informações sobre a ocupação da terra por uma ou mais etnias. O laudo antropológico leva em conta roças existentes, cemitérios e localização de aldeias, entre outros pontos. A Funai delimita o espaço necessário para garantir o bem-estar dos índios e cabe ao Ministério da Justi-

ça aprovar a criação da reserva. Os passos finais são a assinatura de um decreto pelo presidente da República, a demarcação e a homologação.

O QUE É CONTESTADO

Senadores, entre eles Mozarildo Cavalcanti, discordam do procedimento adotado e querem que o Senado Federal também seja ouvido no processo de criação de áreas indígenas, sob o argumento de que cabe ao Congresso Nacional legislar sobre a demarcação dessas terras diante dos interesses dos estados e da União.



Roosevelt Pinheiro

Empresa de energia agradece trabalho do Senado

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na sexta-feira Paul Anderson, presidente mundial da Duke Energy, uma das maiores empresas de geração e comercialização de energia no Brasil, assim como Paulo Born, seu presidente no país. Eles vieram agradecer pelo trabalho do Senado na votação do projeto de lei de conversão que aprovou um

novo modelo para o setor elétrico.

E afirmaram que a Duke Energy continua vendo o Brasil como um país atraente para investimentos e observaram que a regulamentação das normas aprovadas são essenciais para que a empresa se defina sobre novas aplicações de capital no país. Também disseram estar atentos ao tratamento dado

pelo Brasil aos investimentos realizados, uma vez que a empresa já colocou US\$1,5 bilhão no país.

– Novos investimentos serão analisados oportunamente com a nova regulamentação do setor. Essas regras são essenciais para que a empresa volte a investir – declarou Paulo Born, à saída da audiência.

Companhias aéreas atendem mal, denuncia Suassuna

Apesar de o Brasil já contar com leis que defendam o consumidor, o cidadão brasileiro ainda é muito desrespeitado em seus direitos ao comprar produtos e serviços. O Congresso Nacional precisa dar mais atenção para o problema, disse na sexta-feira o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), ao reclamar do atendimento de duas companhias aéreas que estão trabalhando conjuntamente.

Conforme Suassuna, a questão é tão grave que atinge até mesmo senadores. “O consumidor brasileiro padece muito, apesar da existência do Código de Defesa do Consumidor”, frisou.

O senador afirmou que o Congresso precisa cuidar não apenas de investigações e comissões parlamentares de inquérito, mas de assuntos práticos também, como a construção de casas populares, a desburocratização do país e a defesa ao direito dos consumidores.

Ney Suassuna contou uma situação desagradável que passou ao tentar embarcar em um voo com destino a Brasília no início da semana. Apesar de ter passagem compra-

da de uma grande empresa aérea que vem atuando em conjunto com outra empresa do setor, o senador não conseguiu embarcar porque seu nome desapareceu do computador da empresa. Constatava como se Suassuna não tivesse feito reserva.

Para conseguir embarcar, ele precisou comprar passagem pela outra companhia da parceria comercial. Apesar de atuarem em conjunto, as duas não se comunicam e funcionam de maneira independente, informou, e os passageiros têm sofrido muito com a atuação dessas empresas aéreas.

Foi necessário esperar quatro horas pelo voo, segundo Suassuna. A passagem do senador era para o voo 3824 do dia 1º de março às 15h25.

De acordo com ele, havia outros parlamentares entre as 70 pessoas que ficaram sem conseguir voltar para Brasília.



Célio Azevedo

PACIÊNCIA Suassuna conta que esperou quatro horas para poder embarcar para Brasília

Lobão pede ação enérgica contra a carga tributária

■ Para o senador, governo administra mal os recursos públicos e não é bom arrecadador

O senador Edison Lobão (PFL-MA) criticou a sobrecarga tributária que pesa sobre os brasileiros e apontou o país como um recordista mundial na cobrança de impostos, observando que o governo administra mal os recursos públicos e também não é bom arrecadador. Lobão citou estudo da Fundação Getúlio Vargas, publicado pelo *Correio Brasileiro*, segundo o qual 85% das microempresas brasileiras com até cinco funcionários não pagam qualquer tipo de imposto, e se pagassem, cumprindo a lei e obedecendo à burocracia, teriam que fechar as portas.

– Meu desejo é que todos os brasileiros economicamente ativos partilhem, em seu próprio benefício, dos custos que mantenham em bom funcionamento nossas instituições – acrescentou. O senador clamou o governo a uma ação enérgica, coordenada com o Legislativo, para combater o



Gerardo Magalhães

“DERRAMA” Lobão lembra a Inconfidência para criticar a cobrança excessiva de impostos

excesso de tributos.

Lobão lembrou o exemplo de várias nações que, aliviando a carga tributária, alavancaram de forma decisiva o crescimento econômico. Para dar suporte ao seu ponto de vista, o senador fez um histórico dos excessos tributários cometidos para fazer frente aos excessos dos Estados desde a Idade Média e o feudalismo europeu.

Na Idade Média européia, ressaltou Lobão, a sociedade feudal tinha no topo da pirâmide o rei ou o imperador e o papa. Logo abaixo, os ocupantes das antigas circunscrições administrativas, os duques, condes ou viscondes. Abaixo,

os barões, ou “senhores castelões”. Descendo na escala, vinham os outros nobres, cavaleiros e o clero, também isentos do pagamento de taxas. Na base da pirâmide, estavam as classes inferiores, os camponeses livres e os servos, sobre os quais recaíam todos os impostos.

O senador citou ainda a Inconfidência Mineira, desdobramento final do arrocho tributário a que a Coroa Portuguesa submetia sua principal colônia, o Brasil. Primeiro, as casas de fundição em Vila Rica (hoje Ouro Preto), por volta de 1720. As fundições garantiam a cobrança da quinta parte da produção brasileira de ouro, o que gerou a primeira revolta, informou.

Em seguida, em 1762, veio a “derrama”, a cobrança de cem arrobas de ouro (três toneladas) por ano, independentemente do volume da produção, que era decrescente. Os impostos atrasaram por 12 anos, o que levou Portugal a enviar um novo governador, o visconde de Barbacena, com ordem de cobrar todos os atrasados, o que resultaria na falência dos mineiros e da capitania, e que levou à chamada Inconfidência, lembrou Lobão.

Serys defende aumento do consumo de soja no país

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) convidou na sexta-feira todos os parlamentares a participar do 1º Fórum de Saúde e Alimentação à Base de Soja, a se realizar em Cuiabá (MT), entre os dias 18 e 21 de março.

A iniciativa, disse ela, partiu de um grupo de prefeitos de 28 municípios de Mato Grosso e de Rondônia que deseja au-

mentar a participação da soja na dieta dos brasileiros.

Segundo a senadora, haverá uma exposição paralela ao fórum – para o qual foi convidado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva – de 42 produtos derivados de soja que poderiam chegar à mesa dos brasileiros.

– Devemos lembrar que uma saca de 60 quilos de soja pode

produzir 700 litros de leite – observou Serys.

Serys convidou ainda os senadores para a sessão especial de amanhã, quando será celebrado o Dia Internacional da Mulher. Durante a sessão, anunciou, serão entregues os prêmios Mulher Cidadã-Bertha Lutz a cinco mulheres escolhidas pela contribuição à causa feminina no país.

No início de seu discurso, a senadora informou não ter retirado sua assinatura do requerimento para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos.

Ela prestou esse esclarecimento depois de ouvir notícias na televisão de que Eduardo Suplicy (PT-SP) teria sido o único senador do PT a manter sua assinatura no pedido.



Célio Azevedo

DIETA SAUDÁVEL Serys comenta que 60 quilos de soja podem produzir 700 litros de leite



Folha Imagem

MILITÂNCIA A paulista Carlota Pereira de Queiroz foi eleita em 1933 primeira deputada federal

Direito ao voto reconheceu a cidadania

A luta das mulheres por uma participação política na sociedade é anterior à proclamação da República. Naquela época já se formavam as primeiras organizações feministas que lutavam pelo direito das mulheres ao voto.

O direito ao voto feminino só foi reconhecido em 1932, no governo Vargas. A permissão era restrita às mulheres casadas que tivessem a autorização do marido e às solteiras e viúvas, desde que com renda própria. Com a Constituinte de 1933, o direito ao voto foi reasssegurado, mas apenas àquelas mulheres que exercessem funções remuneradas em cargos públicos. O voto pleno e obrigatório como direito de todas as mulheres foi instituído pela Constituição de 1946.

Primeiras representantes – A paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a primeira mulher a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, em 1933. Bertha Lutz, concorrendo pelo Distrito Federal, na época Rio de Janeiro, foi eleita suplente. No Senado Federal, a primeira representante do sexo feminino foi Eunice Michilles, do Amazonas, em 1980.

Nas eleições de 2002, as mulheres foram campeãs de voto em oito estados. A bancada feminina representa 12,3% das cadeiras do Senado (a senadora Marina Silva ocupa atualmente o cargo de ministra do Meio Ambiente). No Executivo, a primeira mulher a ocupar um cargo no Brasil e na América do Sul foi Alzira Soriano: ela foi eleita prefeita em Lages (RN), em 1929, aos 32 anos. No governo de um estado, a mulher só conquistou um cargo em 1994, com a eleição, no Maranhão, de Roseana Sarney, atual senadora (PFL). Em 2002, foram eleitas duas governadoras – Rosinha Matheus (PMDB-RJ) e Wilma de Faria (PSB-RN).

No Judiciário, apenas em 1999 foi indicada a primeira mulher para um tribunal superior. A ministra Eliana Calmon Alves, do Superior Tribunal de Justiça. Em 2000, a juíza Ellen Gracie Northfleet foi indicada para o Supremo Tribunal Federal. Na primeira instância, as mulheres constituem um expressivo contingente.

CIDADANIA ESPECIAL

Ano II – Nº 20 – Jornal do Senado – Brasília, segunda-feira, 8 de março de 2004

Participação feminina na política ainda é pequena

Em quase todos os países, comemora-se no dia 8 de março o Dia Internacional da Mulher, presente no calendário da Organização das Nações Unidas (ONU) desde 1975. Amanhã, às 10h, no Plenário do Senado, o presidente do Congresso Nacional, senador José Sarney, preside a sessão solene em que serão homenageadas as vencedoras do Prêmio Bertha Lutz deste ano. A solenidade marca ain-

da a abertura dos eventos do Ano Nacional da Mulher. 2004 será dedicado a ações para fortalecer a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Apesar dos avanços nas últimas décadas, a situação da mulher continua desigual em muitos setores, em especial na política. Dos 192 países, só 12 têm uma mulher como chefe de Estado. No Brasil, apesar de representarem 52% do eleitorado, o total de mulheres eleitas

não chega a 30% dos cargos. O pleito de 2002 registrou expressivo aumento do número de mulheres no Congresso. Foram eleitas 42 deputadas, um crescimento de 45% em relação às eleições anteriores, em 1998, e oito senadoras, formando essas uma bancada de dez mulheres. Um crescimento de 100%.

Este *Especial Cidadania* conta um pouco da história e da importância da participação política da mulher.

Senadora afirma que a atuação das mulheres no Legislativo concretizou importantes conquistas

Anualmente, cinco mulheres são homenageadas pelo Senado Federal com um prêmio em reconhecimento ao trabalho na defesa dos direitos femininos. O prêmio leva o nome da bióloga Bertha Lutz (1894-1976), ativista incansável na luta contra a discriminação da mulher. A escolha é feita pelo Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, hoje presidido pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Em entrevista ao *Jornal do Senado*, Serys, uma das líderes da bancada feminina no Congresso, ressalta a importância da participação da mulher na política.

Em 2002, a bancada feminina conquistou um número recorde de vagas no Congresso Nacional. Ainda assim, o número é muito baixo. Por que as mulheres não estão ocupando mais vagas?

Isso se dá porque a dominação masculina, seja na política, seja em todos os setores, é uma dominação histórica e, portanto, uma realidade que não se pode modificar de uma hora para outra. Tivemos sempre que nos afirmar como profissionais capacitadas e, ao mesmo tempo, nos preocupar com a criação dos filhos e continuar gerenciando as atividades domésticas. É fácil perceber que uma mulher sobrecarregada com essa dupla jornada lida ainda com muitas barreiras para ampliar sua agenda e se multiplicar como agente político.

O sistema de cotas facilitou a participação feminina nos partidos? Outros incentivos deveriam ser adotados?

O sistema de cotas contribuiu para a ampliação do número de candidatas, mas não é suficiente. É preciso ampliar os equipamentos sociais, como creches, lavanderias e restaurantes comunitários, notadamente nos bairros populares, para que um percentual cada vez maior de mulheres tenha oportunidade de se afirmar no trabalho, na família e, conseqüentemente, na vida pública. A discussão do salário para a dona-de-casa, que começa a ser debatido no Parlamento, será outro instrumento de afirmação da mulher. No meu primeiro ano de atuação, fui autora de uma proposta que amplia a

participação das mulheres na Mesa do Senado.

Por que a mulher deve ingressar na política?

É muito importante que cada mulher compreenda que, fazendo política, ela só tende a ampliar nossos direitos, nossa liberdade, todas as nossas possibilidades de realização pessoal.

Que mudanças a participação feminina no Parlamento trouxe em benefício das mulheres brasileiras?

A participação feminina no Congresso Nacional concretizou importantes conquistas, como a criação de

conselhos de direitos da mulher e delegacias da mulher. A violência contra a mulher passou a ser considerada crime, o assédio sexual já é reprimido por legislação específica, a lei das cotas provocou o compromisso dos partidos com a participação das mulheres na política.

Qual a agenda da bancada feminina para a presente legislatura?

Uma questão que será discutida com energia pela bancada feminina no Congresso é a importância de se ampliar a destinação dos recursos do Fundo Nacional de Segurança para o financiamento das casas-abrigo. Hoje temos apenas 72 casas-abrigo espalhadas pelo país, das quais somente 48 estão em funcionamento e são fundamentais para resguardar a mulher que sofre violência doméstica.

O que ainda precisa mudar na legislação em favor das mulheres?

O Código Penal brasileiro ainda preserva termos discriminatórios como "mulher honesta", que estamos cuidando de eliminar da legislação. No campo profissional detectamos que muitas de nós ainda percebem salários 30% inferiores aos que são pagos aos homens. Questões como essas precisam ser urgentemente enfrentadas. Não podemos permitir que aqueles que nos exploram e subjugam continuem tendo uma vida folgada, enquanto tantas mulheres vivem ainda mergulhadas em vidas de desespero.



Genalbo Magela

ATUAÇÃO Serys preside o Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

Sistema de cotas aumentou candidaturas

A legislação eleitoral (Lei 9.504/97) em vigor determina que cada partido ou coligação deve reservar o mínimo de 30% e o máximo de 70% para o registro de candidaturas de cada sexo. Foi a primeira lei a introduzir o sistema de cotas para a promoção da igualdade de gênero no país. Por razões diversas, na prática, a presença feminina tem ficado aquém do estabelecido pela lei.

A adoção de políticas públicas mais efetivas para promover a participação feminina na política foi iniciada com a promulgação da Lei 9.100/95, que estabeleceu o percentual mínimo de 20% de candidatas mulheres nas listas dos partidos e coligações para o cargo de vereador.

Proposições – Para ampliar a participação da mulher na política, há várias propostas em tramitação. Na Câmara, de autoria da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), o Projeto 6.216/02 destina 30% dos recursos do fundo partidário para programas que promovam a participação política das mulheres. Já o Projeto 2.355/00, da então deputada Rita Camata, determina que 50% das vagas sejam destinadas igualmente para cada sexo em todas as eleições.

A deputada Mariângela Duarte (PT-SP) propôs o PL 719/03, garantindo que, no mínimo, 30% dos recursos do fundo partidário sejam usados para a criação de organizações de pesquisa, educação e capacitação política da mulher.

No Senado, proposta da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) pretende garantir a participação proporcional da representação feminina na eleição da Mesa da Casa.

Informações

Disque Saúde Mulher – 0800 6440803

Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres

Tel.: (61)2104-9377

www.presidencia.gov.br/spmulheres/

Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Tel.: (61) 328-1664

www.cfemea.org.br

Articulação de Mulheres Brasileiras

Tel.: (81) 3445-2086

www.articulacaodemulheres.org.br

União Brasileira de Mulheres

Tel.: (11) 3107-7905

www.ubmulheres.org.br

Biblioteca Virtual da Mulher

Tel.: (21) 2299-2008

www.prossiga.br/bvmulher/cedim